

NOTA TÉCNICA

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS VOLTADOS PARA CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO/EXPLORAÇÃO DO PORTO DE LUIS CORREIA-PI

Dezembro/2017

1. APRESENTAÇÃO

A presente Nota Técnica refere-se à proposição apresentada pelas empresas **CNAGA - ARMAZÉNS GERAIS ALFANDEGADOS LTDA. e DTA ENGENHARIA LTDA.**, através de Procedimento de Manifestação de Interesse, conforme autorização dada pelo Conselho Gestor de Parcerias e Concessões – CGP, para elaboração dos **Estudos Técnicos para Construção, Implantação, e Operação/Exploração do Porto de Luís Correia, via Parceria Público Privada.**

O pedido de Manifestação de Interesse do proponente foi endereçado ao Secretário de Governo do Piauí, tendo sido encaminhado para Superintendência de Parcerias e Concessões do Estado do Piauí – SUPARC para fins de análise quanto ao enquadramento aos elementos indispensáveis constantes no Decreto Estadual nº 16.002/2015 e encaminhamento para autorização do Conselho Gestor, que acatou o pedido provocado e permitiu os estudos a serem feitos pelas proponentes.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O objetivo da proponente é desenvolver os estudos técnicos de forma que eles possam fornecer as principais premissas e informações que subsidiarão a implementação do projeto de Construção, Implementação, Operação/Exploração do Porto de Luís Correia.

O Porto de Luís Correia localiza-se no município brasileiro de Luís Correia, no litoral do Piauí, na costa do Oceano Atlântico. Atualmente, é objeto de estudos por parte da Fundação Getúlio Vargas para conclusão de um projeto que prevê a conclusão do complexo portuário e sua expansão para fins de construção de um porto operacional para dar condições de acesso para turistas e transporte de carga. Aproveitando o caminho ora estudado, o que se pretende com esta MPI é desenvolver uma modelagem contemplando arcabouço técnico, financeiro e jurídico com vistas a implantar uma composição de infraestrutura adicional que permitirá a movimentação de embarcações de baixo calado (até 10m), permitindo, de forma destacada, conforme análises preliminares de demanda e mercado local, a operação de cargas de gado vivo, o que seria um fato pioneiro para os modelos de portos instalados na região.

O projeto apresentado, então, através da proposição oferecida pelo grupo privado inicialmente descrito, prevê a conclusão do complexo portuário e sua expansão. É certo que a implantação do projeto depende de dados mais consistentes acerca dos custos e ganhos que poderão ser gerados para o Estado e para o setor privado. É este justamente o objetivo da MIP:

gerar informações, a partir de estudos especializados, voltadas para avaliação técnica, política e econômica sobre o sistema portuário e toda a cadeia produtiva envolvida.

Importante frisar que o **porto de Luís Correia** é um entreposto marítimo ainda em construção. Com a conclusão das obras do referido porto, o Piauí terá condições de viabilizar a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), já aprovada pelo Ministério da Indústria e Comércio, com obras e implementação em estágio bastante avançado. As ZPE's são áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializadas com o mercado internacional.

3. INTERESSE PÚBLICO

O investimento em infraestrutura na área de transporte, mobilidade e escoamento de bens e produtos representa um dos principais alicerces para o desenvolvimento e crescimento econômico sustentável. Neste sentido, o Governo do Estado do Piauí, em busca de alternativas estruturadas a partir da cooperação com a iniciativa privada, está avançando, de forma estruturada e constante, no esforço para prover o Estado com as condições indispensáveis ao crescimento da economia local e o consequente desenvolvimento social.

A proposição em apreço trata da possibilidade de execução de um dos projetos de infraestrutura mais relevantes e importantes para o Piauí. A autorização para elaboração dos referidos estudos tem como objetivo verificar a viabilidade técnica, econômica e financeira relativa a conclusão e operação do Porto de Luís Correia. Especificamente falando, o propósito destes estudos é dotar a estrutura portuária do litoral piauiense de uma capacidade viável para operar embarcações de baixo calado (até 10m), que são as que tecnicamente se encaixam com o perfil da batimetria do local. Nestas condições, há um potencial destaque a ser movimentado na estrutura a ser concluída: o de cargas com gado vivo, atualmente muito requisitadas pelos países de cultura árabe, conforme prospecções de estudos observados em movimentações portuárias no Brasil.

Portanto, por meio da presente Manifestação de Interesse do Privado, o Poder Público pode ter acesso a estudos, propostas e levantamentos referentes ao projeto, sem que isso represente qualquer custo direto aos cofres públicos. Ademais, sem tais estudos o governo permanece sem condições de concluir e dar destinação ao Porto. Não adianta apenas o projeto de engenharia, é fundamental que haja avaliação da vocação, da demanda, dos aspectos econômicos financeiros insertos ao projeto, e, sobretudo, da modelagem jurídica apta à concessão da infraestrutura em pauta.

4. CARACTERÍSTICAS DA MIP

O objetivo dos estudos será avaliar as condições técnicas pertinentes à conclusão das obras na Porto de Luís Correia para, em seguimento, avançar na construção de novas estruturas que permitam a operação com embarcações de baixo calado, bem como observar a viabilidade econômico financeira para fins de repassar a operação, exploração e implantação do Porto para o setor privado.

Por meio da MIP, caberá ao grupo proponente elaborar todos os estudos técnicos, contemplando a seguinte abordagem:

- ❖ O nível de serviço de cada segmento homogêneo do porto, determinando-se quais as intervenções e obras deverão ser obrigatórias para a adequação de capacidade durante o período do projeto;
- ❖ Os aspectos gerais do sistema portuário, bem como as interseções ao longo da obra, identificando os problemas e inadequações existentes. É condição inicial, inclusive, os estudos para viabilidade de navegação em um canal de acesso e bacia de evolução, o que será aferido com estudos de batimetria e geofísica a serem realizados no escopo desta MIP. Ademais, deverão ser verificadas as condições geológicas, principalmente sob o ponto de vista de estabilidade para subsidiar os levantamentos ambientais;
- ❖ O conjunto de intervenções julgadas necessárias e adequadas para restauração, conservação, manutenção, ampliação de capacidade, operação, segurança viária e prestação de outros serviços, de acordo com parâmetros estabelecidos em “Quadro de Indicadores de Desempenho” que será modelado, bem como outros indicadores que poderão ser sugeridos pelo interessado como fruto dos estudos desenvolvidos;
- ❖ A elaboração de um relatório detalhado das estimativas de investimentos, custos e despesas operacionais, visando a integrá-lo ao modelo institucional e financeiro proposto;
- ❖ A preparação do modelo de negócio, considerando as receitas, eventual contraprestação a ser paga pelo Estado (se for o caso), os investimentos projetados, os custos e as despesas operacionais, bem como as despesas tributárias, financeiras e demais elementos da análise de decisão de investimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante da análise da proposição apresentada e, considerando as características próprias do projeto, a proponente demonstra sua experiência no desenvolvimento de estudos e atividades similares quanto a elaboração de projetos de empreendimentos portuários e retroportuários de grande porte, sendo capaz de estruturar o projeto conforme premissas a serem definidas pelo

governo. Um dos consorciados, ora proponentes, detém expertise de atuação em mais de 30 portos no Brasil e no exterior, atuando desde 1998 em Engenharia Portuária e Ambiental, sendo, atualmente, o maior grupo privado brasileiro responsável pelas principais obras de dragagem portuária no Brasil nos últimos dez anos. Outro consorciado interessado nos presentes estudos opera nos portos de São Sebastião e de São Paulo, tendo experiências em operação de unidades que são habilitadas pela Receita Federal para operar como depósitos alfandegários públicos. As credenciais apresentadas denotam um perfil profissional que pode gerar estudos técnicos capazes de permitir ao Estado do Piauí viabilizar sua tão sonhada estrutura portuária no litoral de Luís Correia.

Os estudos seguem em desenvolvimento, já tendo sido realizados investigações diretamente na área a ser estudada, como sondagens geofísicas e de batimetria nas áreas com estudos voltadas para o canal de acesso e da bacia de aproximação das embarcações. Destas análises iniciais, há indicações da viabilidade de operação do porto com as novas demandas estudadas, mediante realização de operações de dragagem, com uma parcela da mesma sendo em material rochoso – o que chama-se tecnicamente de intervenções de derrocagem.

Teresina, 28 de março de 2018.

VIVIANE MOURA BEZERRA
Superintendente de Parcerias e Concessões - SUPARC